



CARTA
INTERNACIONAL

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 2526-9038

A busca europeia por um lugar no mundo em transformação e o Acordo com o Mercosul¹

The European quest for a place in a transforming world and the Agreement with Mercosur.

La búsqueda europea de un lugar en un mundo en transformación y el Acuerdo con el Mercosur

DOI: 10.21530/ci.v19n2.2024.1245

Giorgio Romano Schutte²

Copyright:

• This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.

• Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.

Resumo

Esse artigo analisa a terceira fase das negociações para um acordo comercial entre a União Europeia (UE) e o Mercosul a partir do contexto europeu, com destaque para a posição da Alemanha. Utiliza-se uma abordagem focada na orientação política e econômica da UE, que condiciona sua inserção internacional. A escolha do tema serve como um caso para apresentar a busca de uma reação por parte da UE aos desdobramentos de crise do euro, o impacto da ascensão chinesa e as novas políticas na EUA, as sequelas da pandemia e a invasão da Ucrânia pela Rússia.

Palavras-chave: União Europeia; Geoeconomia; Neomercantalismo; Acordo Mercosul-União Europeia.

¹ Pesquisa realizada com apoio Bolsa Produtividade CNPq.

² Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo; Professor Associado na Universidade Federal do ABC (UFABC) em Relações Internacionais; (giorgio.romano@ufabc.edu.br). **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-5225-469X>

Artigo submetido em 28/04/2024 e aprovado em 26/08/2024.





Abstract

This article analyses the third phase of negotiations for a trade agreement between the European Union (EU) and Mercosur from the European context, with a focus on Germany's position. It employs an approach centred on the EU's political and economic orientation, which conditions its international engagement. The choice of the theme serves as a case to present the EU's attempt to respond to the developments of the euro crisis, the impact of China's rise, the new policies in the USA, the aftermath of the pandemic, and Russia's invasion of Ukraine.

Key-words: European Union; Geoeconomics; Neomercantilism; Trade Agreement European Union-Mercosur.

Resumen

Este artículo analiza la tercera fase de las negociaciones para un acuerdo comercial entre la Unión Europea (UE) y el Mercosur desde el contexto europeo, con un enfoque en la posición de Alemania. Se utiliza un enfoque centrado en la orientación política y económica de la UE, que condiciona su inserción internacional. La elección del tema sirve como un caso para presentar la búsqueda de una reacción por parte de la UE a los desarrollos de la crisis del euro, el impacto del ascenso de China, las nuevas políticas en los EE. UU., las secuelas de la pandemia y la invasión de Ucrania por parte de Rusia.

Palabras clave: Unión Europea; Geoeconomía; Neomercantilismo; Acuerdo Mercosur-Unión Europea.

1. Introdução

As negociações para um Acordo de Associação entre a UE e o Mercosul se iniciaram em 1999, como desdobramento do Acordo-Quadro de Cooperação Inter-Regional Mercosul-UE firmado em Madri em 1995, um ano após o fechamento da Rodada Uruguaí do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT).

Identifica-se três fases de negociação (Ministério de Relações Exteriores 2019). A primeira foi interrompida em 2004, porque as partes consideraram insatisfatórias as ofertas de acesso a bens. A segunda se iniciou em 2010, no contexto dos desdobramentos da crise financeira de 2008, mas foi interrompido em 2012 sem troca de ofertas. Em 2016 houve o início da terceira fase que





resultou em julho de 2019 em um texto negociado, mas cuja tramitação ficou paralisada. A rodada coincidiu com mudanças políticas significativas tanto no Brasil (a derrubada da presidenta Dilma Rousseff, em 2016) quanto na Argentina, com a gestão liberal de Mauricio Macri (2015-2019).

Na década de 1990 predominavam na Comissão Europeia (CE)³ três lógicas que nortearam os acordos bilaterais: com os países vizinhos (no Sul e no Leste) para contribuir com a estabilidade política e o desenvolvimento econômico na região; cooperação com as ex-colônias, misturada com interesses econômicos específicos (acesso a matérias-primas); e os acordos para defender e conquistar mercados globais, sobretudo diante do ativismo dos EUA nas economias consideradas emergentes (Woolcock 2007). Nesse último se enquadrava o interesse em um acordo com o Mercosul. Por esta lógica, a Europa se interessou por um acordo com o Mercosul diante da perspectiva da concretização da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), lançada em 1994. Com a ALCA cada vez mais longe do horizonte, o interesse europeu também diminuiu.

Já no processo da retomada das negociações, entre 2010 e 2012, a UE defendeu sua posição sobre os novos temas diante do fracasso das negociações multilaterais no âmbito a Rodada Doha. De outro lado, Brasil e Argentina apostavam na defesa das suas indústrias. Diante disso, as negociações não avançaram.

O intuito deste artigo, porém, é focar no contexto europeu para analisar o avanço e a estagnação das negociações na terceira fase. Para isso, utilizamos um referencial teórico da economia política internacional que analisa a integração europeia como um projeto em disputa. A partir daí, identifica-se uma série de fatores que, em seu conjunto, criaram um ambiente na Europa para uma reorientação das diversas forças políticas e econômicas, sobretudo a partir da segunda metade da década de 2010, num contexto de crise do multilateralismo liberal e fortalecimento de posições neomercantilistas. Isso impactou especialmente a posição da Alemanha. Além da revisão da literatura do campo escolhido para fazer essa análise, foi feita uma leitura dos principais documentos sobre o tema publicadas pelas autoridades europeias e alemãs nesse período.

A tese defendida é que o renovado interesse por parte da UE no acordo com o Mercosul em 2016, deve ser analisado como parte da resposta europeia ao novo ambiente geoeconômico, em particular ao avanço dos interesses

3 A CE é o braço executivo da União Europeia e tem a competência na área do comércio internacional uma vez que se trata de uma política comunitária, embora o capítulo de cooperação política do Acordo seja de competência dos países membros e passe, portanto, por aprovação intergovernamental.





econômicos chineses no Mercosul, uma sub-região na qual o capital europeu tinha historicamente a liderança. Isso se expressou sobretudo no forte envolvimento da Alemanha, cujos capitais dos setores automobilístico, químico e bens de capital, entre outros, iriam se beneficiar diretamente do Acordo em resposta à crescente concorrência chinesa. Da mesma forma, as dificuldades na tramitação do Acordo podem ser analisadas no contexto das dificuldades em outros acordos no mesmo período, em particular com os EUA, com a China e a renovação do acordo com o México, e expressa a complexidade do novo ambiente onde forças neomercantilistas começaram a desafiar a tradicional defesa da UE do multilateralismo liberal. A isso se junta à crescente atenção e crítica aos impactos ambientais do livre comércio, que não estão vinculadas aos interesses dos agricultores europeus.

O artigo está dividido em cinco partes, incluindo esta introdução. Na segunda seção será apresentado o referencial teórico utilizado. A terceira aborda a posição da Alemanha, a quarta os acordos de livre comércio diante da crise do multilateralismo liberal, em seguida vêm as considerações finais.

2. Referencial teórico: o projeto Europeu em disputa

Esse artigo lança mão do instrumental teórico da área de economia política internacional, desenvolvido por Van Apeldoorn (2002), Overbeek (1993), Jessop (1992) e Streeck (1991), entre outros, em torno de uma abordagem crítica da transformação europeia para analisar a fase atual, que começou em meados da década de 2010 e ganhou momentum na pandemia. Esse referencial se diferencia do clássico debate a respeito da integração europeia, entre o paradigma neorrealista – que focava na dinâmica intergovernamental e a tradição neoliberal/neofuncionalista que concentrava na supranacionalidade (Rosamond 2000). Na abordagem crítica, o processo de integração é analisado como uma luta política aberta na qual diferentes atores privados e públicos defendem diferentes interesses e projetos (Almeida e Cagnin 2019).

Van Apeldoorn (2002) identificou e analisou três projetos rivais: o neomercantilista, o neoliberal e o social-democrata. São respostas políticas abrangentes para o projeto europeu, em disputa, para pensar a inserção do continente no ambiente externo em transformação. Ao mesmo tempo, são narrativas com um caráter ideológico para justificar as escolhas concretas. O autor mostrou que ao final consolidou-se a partir do início da década de 1990





uma hegemonia neoliberal, mas com concessões importantes para os atores e interesses que defendiam os outros projetos. Assim, surgiu o que ele caracterizou como “*embedded neoliberalism*”,⁴ (Van Apeldoorn 2002, 14). Bieling e Brand (2015) contribuíram com esse debate mostrando como a posição hegemônica em determinada fase do processo de integração europeia deveu-se a uma síntese de segunda ordem (“*second order condensation*”) relacionada à força dos países membros, que, por sua vez refletem as relações de classe e frações de classe. Ao mesmo tempo, os autores reconhecem a relativa autonomia, a *agency*, do aparato estatal com competências supranacionais, em particular da CE.

A perspectiva desses autores é, portanto, analisar a integração Europeia como um compromisso em constante evolução entre frações em disputa. Identificam-se ainda três fases. A primeira de 1953 até 1980, na qual prevaleceu uma política comercial liberal, mas com um compromisso com intervenções políticas na economia, em particular na agricultura (garantia da segurança alimentar) e visando a construção e consolidação de uma coesão social em torno do Estado de bem-estar social. Ou seja, para fora liberalismo e para dentro uma mistura de liberalismo com intervencionismo objetivado por interesses neomercantilistas e sociais. A partir de 1980 até meados da década de 2015, prevaleceu o paradigma neoliberal, mas segundo Apeldoorn (2002), diferente do neoliberalismo anglo-saxão, na Europa continental, tratava-se de um neoliberalismo negociado e socialmente ancorado.

A partir de meados de 2015, a literatura passou a identificar uma nova pactuação, sugerindo uma nova mudança de paradigma a partir de um enfraquecimento do compromisso que vingou na segunda fase. Ou, em outras palavras, uma crise do neoliberalismo negociado. Isso refletiu um esgotamento do modelo anterior e mudanças no contexto internacional diante de um conjunto de desafios que exigiam respostas: o trumpismo, a ascensão chinesa, a pandemia e, por fim, a invasão da Ucrânia pela Rússia. Desafios que surgiram em sequência dos desdobramentos da crise do euro do início da década. Meunier e Nicolaidis (2019, 13) argumentaram que as mudanças no ambiente global abriram possibilidades para atores com orientação social e neomercantilista desafiarem o *consensus* do *embedded neoliberalism*. Os autores faziam referência a duas forças sociais com expressão política que ficaram enfraquecidas pós 1980, mas que mantiveram

4 O termo “*embedded liberalism*” é usado para caracterizar o pacto social no pós-guerra que ancorava o capitalismo em compromissos sociais garantidos pelo Estado de bem-estar social. No caso do “*embedded neoliberalism*”, este pode ser interpretado como uma forma de neoliberalismo negociado.





sua presença e em alguns casos de forma significativa, em particular no setor agrícola que, com certo êxito, conseguiu manter a proteção contra as pressões do mercado internacional. Da mesma forma, as forças neoliberais se mantem presentes na terceira fase. Os autores identificaram o surgimento de duas coalizões disputando o novo consenso a ser construído. Uma seria pós-hegemônica, mas ainda predominantemente neoliberal, e a outro uma contestadora,⁵ (Meunier e Nicolaidis 2019, 14-15). As forças de orientação social e mercantilista ganharam maior influência, divergiam sobre o tipo de regulação, mas tinham em comum a defesa de uma maior intervenção do Estado. Uma parte do empresariado que via seus interesses ameaçados pelo acirramento da concorrência internacional e o aumento das inseguranças tendeu aderir ao neomercantilismo a ser entendido como uma defesa de retomada da política industrial-tecnológica e intervenção do Estado numa perspectiva de competição econômica entre nações.

A retomada das negociações sobre o Acordo Mercosul-União Europeia a partir de 2016, com o desfecho provisório em 2019, e os atrasos e paralisações subsequentes ocorrem exatamente nesse contexto de uma busca de um novo paradigma por parte da UE.

2.1 Geopolitização do comércio e investimentos internacionais

Há uma série de fatores que, em seu conjunto, criou ambiente na Europa para uma rearticulação das diversas forças políticas e econômicas, sobretudo a partir da segunda metade da década de 2010. Alguns podem ser considerados conjunturais outros estruturais, embora os fatores conjunturais tenham provocado mudanças estruturais ou se misturado a elas. Exemplo é a eleição do Donald Trump em 2016 que, ao longo de seu governo, acabou fortalecendo as forças na Europa mais orientadas para a busca de uma autonomia estratégica e obrigando os que apostavam no fortalecimento e ampliação da aliança norte-atlântica a relativizar ou até rever sua posição. Várias orientações do governo Trump (2017-2020), em particular a tentativa de conter a ascensão chinesa, encontraram continuidade no governo de Joe Biden (2021-), por exemplo o uso das sanções tecnológicas. O mesmo vale para a Covid que, embora conjuntural, mostrou fragilidades estruturais da Europa na divisão internacional de trabalho organizada em torno de cadeias produtivas globais. E essas vulnerabilidades continuaram na agenda

5 Challenger Coalition





como justificativa para novas políticas industriais, mesmo com o término da pandemia. Os dois principais fatores estruturais eram, em primeiro lugar, a ascensão chinesa, que passou por uma mudança qualitativa ao deixar de ser somente uma potência econômica e começar a disputar a liderança das novas tecnologias. A China assumiu também, cada vez mais, o caráter de uma força contendora do mundo dominado pelo Ocidente. Esse último ponto inclui também uma projeção da sua pujança não somente no entorno asiático, mas também com presença marcante em África, América Latina e alguns países europeus. O segundo fator estrutural, menos esperado, foi a dissociação da Rússia da Europa a partir da invasão da Ucrânia, em fevereiro de 2022, com grande impacto sobretudo na Alemanha, cuja potência industrial estava há décadas umbilicalmente ligada à garantia de fornecimento de petróleo, gás e carvão de forma confiável, de boa qualidade e com preços corretos por parte da Rússia (Thompson 2022).

Para Schmitz e Seidl (2022) foi o “efeito China” que acabou testando e depois enfraquecendo o poder normativo da UE. Ao mesmo tempo, a relação de simbiose entre os EUA e a China se transformou em uma disputa hegemônica que invadiu a esfera das relações econômicas. O multilateralismo liberal perdeu espaço e surgiu uma lógica de competição entre blocos regionais. Nesse processo, a fronteira entre economia e política externa desapareceu, e a UE foi empurrada para o campo da geoeconomia, conceito que se refere à dimensão econômica da rivalidade entre grandes potências (Weinhardt e Pohl 2022, 108)⁶.

A tabela 1 mostra a participação dos três grandes blocos econômicos em percentagem do total mundial de valor da produção industrial e mostra como a UE caiu do primeiro para o 3º lugar e houve um avanço significativo da China, que aumentou sua participação de cerca de 10% para quase 30%.

Tabela 1 – Participação em % no valor bruto adicionado da produção industrial mundial

| | 2001 | 2021 |
|-------|----------|------------|
| EUA | 20% (2º) | 16% (2º) |
| EU | 20% (1º) | 14,5% (3º) |
| China | 10% (3º) | 28,3% (1º) |

Fonte: European Round Table 2023

⁶ Meunier e Nicolaidis (2019) usaram o conceito de “geopolitização de comércio e investimento” para se referir ao mesmo fenômeno.





Babic, Dixon e Liu (2022, 17) enfatizaram a importância do lançamento da Estratégia Europeia Global em 2016 como marco para uma nova reflexão e incorporação do conceito de autonomia estratégica na esfera de comércio, investimentos e tecnologia, dando origem ao que caracterizam como “new economic turn of the EU”. Também Weinhardt, Mau e Pohl (2022, 110) consideram a Estratégia Global um ponto de virada e argumentaram que a implementação da estratégia exigiria uma redução das dependências econômicas externas e a construção de capacidades europeias, além de maior coordenação interna. É inclusive esse último ponto que representa uma primeira barreira devido à falta das competências necessárias por parte da CE. O documento de fato enfatizou a busca de “autonomia estratégica”, mas o conceito ainda era usado predominantemente para a esfera da segurança. (Council of the European Union 2016).

Em 2018, o então presidente da CE, Jean-Claude Juncker , no seu discurso Estado da União explicitou a urgência de uma nova visão:

A situação geopolítica torna esta a hora da Europa: chegou o momento da soberania europeia. É hora de a Europa assumir seu destino em suas próprias mãos. É hora de a Europa desenvolver o que eu cunhei de “Weltpolitikfähigkeit” – a capacidade de desempenhar um papel, como União, na formação dos assuntos globais. A Europa precisa tornar-se um ator mais soberano nas relações internacionais (tradução própria)⁷. (Juncker 2018, 5).

Ao assumir a presidência da Comissão, final de 2019, Ursula von der Leyen declarou em seu discurso de posse diante do Parlamento Europeu, com mais força ainda, que as transformações em curso nas relações internacionais exigem uma nova orientação: “Esta é a Comissão geopolítica que tenho em mente e que a Europa precisa urgentemente.” (tradução própria; *italico nosso*)⁸.

Embora a Comissão e os países individualmente já tivessem lançado mão de iniciativas de política industrial tecnológica, foi com a pandemia que se abriu uma oportunidade para disponibilizar mais recursos e inovar nos instrumentos utilizados, flexibilizando inclusive algumas restrições, como no caso das regras comunitárias com relação a subsídios estatais. Por coincidência iniciava-se o novo

7 The geopolitical situation makes this Europe’s hour: the time for European sovereignty has come. It is time Europe took its destiny into its own hands. It is time Europe developed what I coined “Weltpolitikfähigkeit” – the capacity to play a role, as a Union, in shaping global affairs. Europe has to become a more sovereign actor in international relations.

8 This is the geopolitical Commission that I have in mind, and that Europe urgently needs.





orçamento plurianual da Comissão para 2021-2027, e a isso se juntou o programa NextGeneration EU. O primeiro foi turbinado e, com os aportes do segundo, os recursos previstos representam mais de 2 trilhões de euros, de acordo com a própria Comissão, de longe o maior programa de estímulo financiado pela União Europeia,⁹ (European Commission s/d-b). Em paralelo, uma série de programas específicos foi lançada em um período curto de tempo, refletindo não somente o impacto da pandemia, mas também da invasão da Ucrânia (ver anexo I). A esses recursos e programas comunitários se juntam ainda estímulos dos países individuais. No seu conjunto, representa exatamente o que a literatura citada caracterizou como uma virada neomercantilista e um afastamento do multilateralismo liberal tão defendido e propagada na fase anterior.

3. A posição da Alemanha

Analisando a dinâmica das três rodadas de negociação do Acordo, chama a atenção o forte envolvimento da Alemanha na última. Até então, havia na UE um apoio histórico ao acordo com o Mercosul por parte de Espanha, Itália, Portugal e Suécia e uma resistência por parte da França e Irlanda, com a Alemanha mais distante e envolvida com o alargamento e as relações entre a UE e os países do Leste e Sul do continente. Foi isso que mudou. A Alemanha sabia que era preciso assumir uma postura mais ativa para defender sua manufatura e suas posições no Mercosul. Para isso, interessava não somente a abertura comercial para seus produtos, mas também a convergência regulatória, regras sobre compras públicas, transparência, concorrência e restrição à atuação de empresas estatais, entre outros fatores. Por isso vale a pena explorar a posição da Alemanha.

Sozinha ela representa 26% da produção industrial (Eurostat 2023), e, além disso, articular cadeias produtivas com produção em países vizinhos da União Europeia, em particular do Leste Europeu. Sua estrutura industrial engloba a grande indústria de setores automobilísticos, química e bens de capital e um tecido de pequenas e médias empresas. Essa capacidade industrial começou a depender cada vez mais de exportações para manter as vantagens de escala e seu dinamismo. Eschneider (2023, 245) mostrou como o coeficiente exportação/PIB aumentou de 8,6%, em 1950, para 25,8%, em 1988, para chegar a 47,3%, em 2018. A indústria

9 The EU long-term budget 2021-2027 together with NextGenerationEU, the recovery instrument, form the largest stimulus package ever financed through the EU budget, of over €2.0 trillion.





alemã aproveitou bem o processo de alargamento da própria UE e o ambiente de liberalismo econômico que possibilitou o acesso aos mercados externos. Mas esse cenário começou a mudar, e setores do governo e da própria indústria identificaram a necessidade de ajustar a estratégia para defender seus interesses.

Em fevereiro de 2019, o Ministro de Assuntos Econômicos da Alemanha, Peter Altmaier, lançou sua Estratégia Industrial Nacional 2030,¹⁰ (tradução própria), que apontou basicamente três novas prioridades. Primeiro uma política mais seletiva e protecionista diante da entrada de investimentos externos diretos, em particular diante das aquisições chinesas. Segunda, apoio estatal, e até um envolvimento direto do Estado, em áreas identificadas como estratégicas para a liderança tecnológica. E, terceiro, a defesa de formação de campeões europeus em áreas onde é exigido escala e massa crítica para enfrentar a competição internacional (Altmaier 2019). Esses últimos pontos implicariam em afrouxamento da, até então rígida, política de competição¹¹. Há de se notar que o documento foi lançado logo após a negativa das autoridades competentes europeias à fusão entre a alemã Siemens e a francesa Alstom para o desenvolvimento e produção de trens de alta velocidade, cuja justificativa estava justamente na ideia de criar um campeão europeu para competir contra as empresas chinesas (European Commission 2019b)¹².

Em seguida, ainda no mês de fevereiro de 2019, os ministérios da Economia da França e da Alemanha lançaram um manifesto em conjunto, Manifesto for a European industrial policy fit for the 21th Century. No documento, defenderam a necessidade de ações ofensivas para que Europa possa manter uma manufatura global e ser uma potência industrial. O prazo colocado para implementar uma nova política industrial europeia é 2030, para garantir “soberania econômica e independência”. E isso somente será alcançado “se as empresas europeias forem capazes de competir em escala global”. Uma das propostas concretas para facilitar a expansão das empresas europeias foi justamente abrir os mercados de compras governamentais por meio de acordos de reciprocidade. Embora não mencionado explicitamente, o Acordo com o Mercosul seria um exemplo disso.

10 Nationale Industriestrategie 2030.

11 Lembrando que a política de competição é de competência comunitária.

12 Ainda em dezembro de 2019, na véspera da pandemia, a Comissão sinalizou disposição de flexibilizar sua política de competição diante do início de conversas entre dois gigantes da área de telecomunicação, a alemã Deutsche Telekom e a francesa Orange (Eschneider 2023, 253) Depois de mais de quatro anos de discussões, foi publicada, em fevereiro de 2024, a revisão do *Market Definition Notice*, que orienta as normas para fusões e aquisições (European Commission 2024).





Anunciaram ainda planos para financiamento público em larga escala para projetos de inovação.

Eschneider (2023) caracteriza a proposta de Altmaier como parte de um esforço de alguns setores de apostar em uma maior autonomia estratégica por parte da União Europeia, que iria se fortalecer diante dos acontecimentos nos anos seguintes. De fato, o documento suscitou muita polêmica e crítica. Não surpreende o entusiasmo do governo francês com a inovação no debate alemão, pois o próprio conceito de autonomia estratégica estava mais enraizado no discurso dominante francês.

Eschneider (2023) identificou, no caso da Alemanha, os setores que resistem a uma reorientação, em particular uma maior intervenção e participação do Estado na economia, e defendem o que ela chama de ordoliberalismo: as organizações que representam pequenas e médias empresas, sobretudo de caráter familiar (BVMW, na sigla em alemã e a Familienunternehmer), o partido liberal (FDP na sigla em alemã), parte dos partidos cristãos de centro-direita (CDU/CSU, nas siglas em alemão), instituições de pesquisa econômica aplicada ligadas à estrutura do Estado (exemplo é o Conselho de Expertos Econômicos) e a Câmara de Comércio dos EUA na Alemanha. As críticas à Estratégia Industrial Nacional 2030 se concentravam em torno de dois argumentos. Primeiro, que seria uma busca por autarquia afastando a Alemanha da defesa do multilateralismo liberal, tão importante para suas exportações. E, segundo, que a Alemanha estaria com isso imitando a política industrial chinesa. O primeiro não procede, mas a segunda crítica poder ter um fundamento na realidade, pelo menos no sentido de fonte de inspiração.

Três anos depois, em 2022, os ministros de Economia da França e Alemanha, respectivamente Bruno Le Maire e Robert Habeck, lançaram um novo apelo “We call for a renewed impetus in European industrial policy” e explicitaram que não se tratava mais somente de dar uma resposta às reais ou supostas práticas chinesas, mas também à nova política industrial e tecnológica dos EUA. “Queremos coordenar de perto uma abordagem europeia para desafios como o, Inflation Reduction Act¹³ dos Estados Unidos”¹⁴ (tradução própria). (Le Maire, Bruno; Habeck 2022).

13 A Inflation Reuction Act (IRA), ao contrário do que seu nome sugere, é uma lei, sancionada pelo governo Joe Biden em agosto de 2022, que garante estímulos do governo para um conjunto de setores e atividades econômicas, com ênfase nas energias limpas, carros elétricos e combate às crises climáticas. Estima-se que deve envolver quase US\$ 800 bilhões de investimentos (The White House, s/d).

14 We want to coordinate closely a European approach to challenges such as the United States Inflation Reduction Act.





E, em 2023, passada a pandemia e com a guerra na Ucrânia em curso, o Ministério de Assuntos Econômicos e Proteção do Clima publicou um extenso documento, Política Industrial em tempos de virada,, garantindo o local da indústria, renovando a prosperidade, fortalecendo a segurança econômica (tradução livre),¹⁵ (BMWK 2023). A palavra *Zeitenwende* que consta do título do documento é mais que um termo, um conceito que entrou com força no debate sobre o futuro da Alemanha a partir da invasão da Ucrânia pela Rússia em fevereiro de 2022. Ele se refere a uma mudança de era. O ponto de partida é que a globalização liberal sofreu impacto devastador de três forças geopolíticas que obrigam a Europa e a indústria alemã em particular a se reposicionar. Em primeiro lugar é mencionado o que é chamado de “política tecnológica industrial estratégica (tradução livre)”¹⁶ da China, com a qual o gigante asiático pretende dominar os mercados e excluir os concorrentes de seu próprio mercado. É mencionada explicitamente a estratégia *Made in China 2025* ea Iniciativa Cinturão e Rota (BRI, na sigla inglesa). Segundo, são mencionadas as consequências da invasão da Ucrânia, apresentadas como clímax de um processo de confronto de regimes autocráticos com o Ocidente lançando mão do que é chamado de “*weaponisation of trade*”¹⁷. O documento lembrou que, na Guerra Fria, ao contrário do que é considerado como política chinesa e russa de hoje, nunca houve o uso de poder econômico para atingir objetivos geopolíticos. E, em terceiro lugar, são mencionadas as mudanças de orientação da política econômica dos EUA, o que se explica como uma reação ao novo ambiente geopolítico, mas também uma resposta ao processo de fratura social interno. Em seguida, o documento apontou em detalhes as vulnerabilidades europeias diante desse novo quadro, sugere inclusive que demorou demais para entender a necessidade de mudança de rumo e defende a aplicação de políticas industriais e tecnológicas, inclusive protecionismo seletivo igual ao que os chineses e americanos praticam. Não porque não se acredita mais na superioridade do modelo liberal econômico, mas porque o jogo mudou. O documento não mencionou acordos de livre comércio e não fez nenhuma referência direta à América Latina ou ao Brasil em particular, mas abordou muito a dependência de importação de energia e matérias-primas, críticas novas relacionadas à digitalização e às tecnologias de energias limpas.

15 Öffentlichkeitsarbeit Industriepolitik in der Zeitenwende Industriestandort sichern, Wohlstand erneuern, Wirtschaftssicherheit stärken.

16 Strategischen Technologie – und Industriepolitik.

17 O texto foi só publicado em Alemão, mas nesse caso é usado o termo inglês.





Identificamos, portanto, nessa seção, um forte respaldo, embora com contradições e oposições, por parte da Alemanha, a um papel mais ativo da Europa em defesa da sua indústria, não só no próprio mercado interno, mas em nível global. Isso explica o interesse da Alemanha em avançar no Acordo com o Mercosul para disputar com a concorrência chinesa por mercados e recursos estratégicos.

4. Acordos de livre comércio diante da crise do multilateralismo liberal

Embora seja tentador interpretar a busca de acordos de livre comércio por parte da União Europeia como uma típica expressão do multilateralismo liberal, ela dever ser vista, portanto, também à luz das tensões geoeconômicas descritas e da busca de um lugar no meio da rivalidade entre os EUA e a China. A União Europeia procurou, na década de 2010, em particular na gestão de Jean-Claude Juncker (2014-2019), após o fracasso da Rodada de Doha, retomar e acelerar vários acordos bilaterais (European Commission, s/d), além do Acordo com o Mercosul, e encontrou problemas de vários tipos, o que expressa exatamente a mudança do ambiente descrito anteriormente. Seguem os casos das interrupções dos Acordos com os EUA e China e as dificuldades na tramitação na renovação da Acordo com o México.

Foi em maio de 2010 que a CE o Ministro para Comércio da China (RPC) lançaram o Joint EU-China investment Taskforce, para identificar a oportunidade de negociar um acordo bilateral de investimentos. Em novembro 2013, durante a 16^a Cúpula EU-China em Beijing, houve o lançamento das negociações com o novo governo chinês, liderado por Xi Jinping (European Commission 2013). O acordo ganhou o nome de Acordo Abrangente sobre Investimentos (CAI, na sigla inglesa) e teria sido o mais importante acordo bilateral sobre investimentos em nível global, considerando serem dois grandes importadores e exportadores de capitais produtivos. Em particular Angela Merkel, primeira-ministra da Alemanha entre 2005 e 2021, julgou o Acordo como uma prioridade, ainda mais diante das relações conturbadas com os EUA durante o governo Trump. Ela batalhou para que pudesse ser fechado em dezembro 2020, na ocasião de 23^a Cúpula UE-China, prevista para ser organizada em Leipzig, quase como uma coroação





de seus quatro mandatos à frente do governo alemão¹⁸. O texto foi negociado em 35 rodadas, e na última, realizada em dezembro de 2020, se chegou a um formato básico final (Grieger 2021), mas a grande Cúpula presencial em Leipzig que Merkel havia imaginado foi cancelada devido à pandemia. Em seguida houve um conjunto de fatores que paralisou a tramitação do texto negociado. Podemos mencionar: crescente oposição no Parlamento Europeu, que usou a repressão em Xingjian como argumento para suspender a ratificação em maio de 2021¹⁹, pressão dos EUA e certa desorganização das forças favoráveis ao CAI na União Europeia, embora o lado chinês tenha continuado a insistir.

Em 2023, a CE também retomou uma antiga proposta de acordo com os EUA e iniciou as negociações para a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP, na sigla inglesa) com os EUA²⁰. As negociações avançaram rapidamente, ao ponto de a CE publicar o texto em seu site, já em janeiro de 2015 (European Commission 2015), mas foram bruscamente interrompidas com a eleição do Donald Trump em 2016. O governo Joe Biden não voltou atrás, embora tenha criado, junto com a CE, em junho de 2021, um mecanismo de consulta permanente: o Conselho de Comércio e Tecnologia (TCC, na sigla inglesa). Ambos os lados entenderam que não havia mais espaço para uma retomada dos negócios.

Em maio 2016, a CE iniciou negociações com o México para uma revisão do Acordo de Livre Comércio em vigor desde 2000. As autoridades europeias costumam falar em “modernização” do Acordo, que consiste, na avaliação da própria CE, em relação a três inovações: cortar as tarifas mexicanas contra bebidas e alimentos vindos da Europa; possibilitar maior exportação de serviços por parte de empresas europeias e cláusulas de garantia de proteção aos direitos ambientais e trabalhistas (European Commission, s/d). Em abril de 2018, foi negociado um novo texto com o governo de orientação liberal de Enrique Peña Nieto (2012-2018) pouco antes das eleições presidenciais, realizadas em julho daquele ano, que dariam vitória ao candidato de centro-esquerda, Andres Manoel Lopes Obrador (European Commission 2018). Desde então o acordo continua em tramitação, esperando sua ratificação, mas o governo mexicano não parece

18 A Alemanha estava no segundo semestre de 2020 na presidência rotativa da União Europeia.

19 Em março daquele ano, a União Europeia se juntou aos EUA, Reino Unido e Canadá na imposição de sanções contra quatro autoridades chinesas supostamente com responsabilidade em relação ao que era chamado de genocídio contra o povo Uigur, na província de Xinjiang, seguidas de contra-sanções por parte da China.

20 A ideia de um acordo de livre comércio entre os dois aliados era defendida por grupos empresariais reunidos no *Transatlantic Business Dialogue* desde meados da década de 1990.





estar com pressa. Vale lembrar que o México é, depois do Brasil, o segundo maior parceiro comercial da União Europeia na LAC.

No caso da Índia, as discussões começaram na década de 1990, embora as negociações tenham começado formalmente em 2007. Após quinze rodadas, a negociação foi interrompida em 2013 e retomada somente em maio de 2021, mas separando a negociação sobre proteção de investimentos. Interessante é que foi instalado em paralelo, em abril de 2022, um Conselho de Comércio e Tecnologia UE-Índia, a exemplo do que a UE tem com os EUA (Delivorias 2024). E, embora haja um interesse do governo Modi em fechar o acordo na perspectiva de sua própria estratégia geoeconômica, a meta de chegar a um término antes das eleições gerais na Índia de meados de 2024 não foi alcançada (Mishra 2024).

Certamente a CE teve vários êxitos e conseguiu concluir e pôr em funcionamento acordos, com destaque para o Japão (2019), Chile (2023) e Canadá (2017). Mas chamou a atenção a inesperada dificuldade para conseguir a ratificação até do Acordo Econômico e Comercial Abrangente (CETA, na sigla inglesa) com o Canadá. O texto foi negociado em 2014 e entrou provisoriamente em vigor em 2017. Até 2024, somente dez dos 27 parlamentos tinham aprovado o Acordo. Em março de 2024, o Senado francês votou inclusive contra o Acordo, embora, nesse caso, o presidente Emmanuel Macron o tivesse apoiado, em contraste com sua oposição ao Acordo com o Mercosul (Vaudano 2024). Isso tornou o futuro do CETA incerto e mostrou a forte disputa e contradições na busca de um novo consenso sobre a atuação internacional da UE.

4.2 Disputa em torno do Acordo UE-Mercosul

No caso do Acordo com o Mercosul, havia uma expectativa por parte da CE de poder contar com o governo Lula (2023-) para ratificá-lo ainda em 2023, antes das eleições europeias de junho de 2024. Além do apoio do agronegócio, haveria também um interesse por parte do Brasil em diminuir sua sobre-exposição ao comércio com a China.

A vontade de fechar o Acordo fazia parte de uma nova ofensiva diplomática por parte da CE na América Latina. Em julho de 2023, foi realizada em Bruxelas a III Cúpula entre a União Europeia e a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), com a presença do recém-eleito presidente Luiz Inácio Lula da Silva (MRE, 2023). Há de se lembrar que a última Cúpula havia ocorrido em 2015. A própria presidenta da CE, Ursula von der Leyen, explicitou o contexto





internacional que justificou a nova investida da União Europeia na América Latina ao afirmar que o mundo tinha se tornado mais competitivo, mais conflituoso, recuperando-se do impacto da Covid, do impacto global da guerra da Rússia contra a Ucrânia, deixando implícita a preocupação com a ascensão chinesa e, em particular sua crescente presença na ALC. Nesse contexto, ela insistiu em finalizar o Acordo com o Mercosul e a renovação – chamada de modernização – do acordo com México (Von Der Leyen, 2023). Durante a tramitação do Acordo, houve, inclusive, referências explícitas por parte de autoridades europeias à China para justificar o Acordo diante da oposição interna.

As tabelas 2 e 3 sustentam a tese desse artigo de que o renovado interesse no Acordo por parte da União Europeia, e principalmente por parte da Alemanha, tem a ver não somente com a janela de oportunidade criada pelos governos de orientação neoliberal no Brasil e Argentina, mas também com o avanço expressivo e rápido da China no Mercosul. Exemplo é a defesa do Jordi Cañas, relator do Acordo no Parlamento Europeu: “Se a Europa decidir dizer não ao acordo com o Mercosul, haverá países como a China que ocuparão o espaço que a Europa ocuparia”. (Senra 2020).

A tabela 2 mostra que a China já havia alcançado em 2018 a primeira posição na corrente de comércio, ultrapassando a União Europeia. E a tabela 3 mostra que a partir de então, até 2023, houve outro salto expressivo das exportações e importações da China com o Mercosul. Observa-se também que o comércio com a China é altamente vantajoso em termos de saldo comercial para o Mercosul, enquanto a região apresenta déficits no comércio com a União Europeia e os EUA, considerando somente mercadorias e não serviços, nos quais os UE e os EUA são altamente superavitários com o Mercosul.

Tabela 2 – Principais parceiros comerciais do Mercosul em % do total 2018

| | Importação | Exportação | Total |
|----------------|-------------------|-------------------|--------------|
| China | 22,9% | 25% | 24,1% |
| União Europeia | 21,3% | 19% | 20,1% |
| EUA | 17% | 12,2% | 14,4% |

Fonte: European Commission s/d-c.





Tabela 3 – Evolução 2018-2023 comércio Mercosul com os principais parceiros comerciais em bilhões de US\$ FOB

| | China | | | União Europeia | | | EUA | | |
|------|-------|------|-------|----------------|------|-------|------|------|-------|
| | Exp. | Imp. | Saldo | Exp. | Imp. | Saldo | Exp. | Imp. | Saldo |
| 2018 | 69,7 | 51,8 | 17,9 | 44,2 | 48,2 | -4 | 33,5 | 41,8 | -8,3 |
| 2023 | 111 | 74,1 | 36,9 | 54,4 | 58,3 | -3,85 | 43,4 | 48,2 | -4,7 |

Fonte: Secretaria do Mercosul (s/d).

No caso dos Investimentos Externos Diretos, o quadro é diferente, sendo a União Europeia ainda o principal investidor em estoque e fluxo no Brasil (Banco Central do Brasil 2022). Em 2020 o estoque de investimentos da UE no Brasil chegou a 263, 4 bilhões de euros, quase 50% do total do estoque de IED no Brasil, e 41,5% do total de IED europeu em ALC, embora isso tudo representasse somente 3,1% do estoque global de IED europeu fora da UE (De Seixas e Cavalcanti 2023, 18). Contudo, houve, desde a década de 2010, um avanço significativo de empresas chinesas concentradas no Brasil e em algumas áreas específicas, em particular energia (petróleo, energias renováveis, transmissão e distribuição eletricidade). E mais recentemente chamaram a atenção os investimentos no setor automobilístico, BYD e Great Wall Motors (Schutte 2020). Outro avanço significativo foi na área de infraestrutura, onde grandes construtoras estatais chinesas operam, e em projetos na área de tecnologia (Cariello 2023). O rápido crescimento da presença do capital chinês representava um desafio para as empresas europeias que sempre dominaram a região. Em particular há um interesse concorrente em projetos de infraestrutura relacionados a energias renováveis e matérias primas para a eletrificação.

Como entender então as dificuldades na tramitação por parte dos europeus? Isso se explica por um conjunto de fatores relacionados a uma diversificação da oposição interna na Europa a começar pela já mencionada oposição tradicional dos agricultores. Isso tem um peso grande em particular na França, que inclusive passou por eleições presidenciais em abril de 2022 o que provocou um atraso na tramitação. Em segundo lugar identifica-se uma oposição genuína de grupos ambientalistas. Em diálogo com grupos parceiros no Mercosul, estes entendiam que qualquer acordo que estimule a ampliação da agroexportação teria um impacto negativo para o meio ambiente, alegando inclusive pressão para aumentar o desmatamento (Greenpeace 2017). E, naquele momento as pautas ambientais estavam ganhando maior força política. Observa-se que a oposição tradicional





se alinhava a este discurso, mas são grupos muito diferentes. Em terceiro lugar houve o avanço da nova direita radical que defende um nacionalismo econômico, rejeitando a tal da globalização. Isso a torna resistente a qualquer novo tratado de livre comércio e fortalecimento da CE.

A agenda de proteção ao meio ambiente e controle de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) tinha se tornado uma pauta importante nas eleições europeias. Com isso, a ideia de fechar o acordo durante o mandato do Jair Bolsonaro (2019-2022) era constrangedora demais. Ao mesmo tempo houve uma radical inversão da pauta de prioridades com a invasão russa da Ucrânia. Nesse atraso, as forças opositoras tradicionais ganharam maior fôlego, em particular na França. Chegando mais perto das eleições para o Parlamento Europeu, em junho de 2024, a possibilidade de avançar com a tramitação afastou-se cada vez mais. O que isso demonstra é exatamente a complexidade e dificuldade que a Europa tem de, liderada pela CE, chegar a um novo consenso com orientações claras.

Observamos ainda que, em paralelo às dificuldades com o Acordo, a própria Alemanha começou a investir em fortalecer as relações bilaterais, visando dessa forma defender os interesses da sua indústria, sobretudo na área de energia e matérias primas. A última viagem oficial de um representante do governo Alemão antes de 2023 foi em 2015. Nos primeiros seis meses de 2023 registram-se seis visitas oficiais de alto nível para o Brasil, entre os quais uma liderada pelo Olaf Schulz (primeiro-ministro). Chamou a atenção também a visita do presidente Lula a Berlim, no início de dezembro de 2023, exatamente no mesmo período em que ficou claro que o Acordo não avançaria. Nessa visita, Lula assinou vários acordos com o governo alemão, com ênfase na questão energética, transição ambiental e cooperação tecnológica. Fica para futuras pesquisas avaliar se o ativismo bilateral ajudar a construir uma resposta europeia ou se contribui com o fortalecimento de forças centrífugas.

5. Considerações finais

Neste artigo analisamos a trajetória da terceira fase das negociações para um Acordo Mercosul-União Europeia (2016-2023) a partir das profundas transformações no contexto internacional que provocaram um movimento de repactuação e reorientação do projeto europeu. Para isso, foi feito um amplo levantamento de documentos oficiais relevantes e da literatura que, a partir da Economia Política





Internacional europeia, aponta para um afastamento, embora incompleto e com contradições, do paradigma do multilateralismo liberal e o neoliberalismo negociado, com a introdução de medidas de orientação neomercantilista.

Essa transformação em curso é provocada por uma série de eventos que se sobrepõe, como a forte e rápida ascensão chinesa, ao protecionismo do governo Trump, mantido pelo governo Biden, a pandemia e a invasão da Ucrânia pela Rússia. Com tudo isso, o Acordo ganhou, nas palavras do Pedro Sanchez, primeiro-ministro da Espanha e presidente pro-tempore da União Europeia no segundo semestre de 2023, um sentido geopolítico (Truffi 2024).

Contudo, podemos afirmar que a retomada das negociações durante os mandatos dos governos de orientação neoliberal no Brasil e Argentina correspondia a um esforço geral por parte das autoridades europeias em defender a competitividade das empresas de seu continente e, mais estrategicamente, a política europeia de se afirmar no mundo de hoje, ao lado da China e dos EUA. O Acordo poderia dar uma contribuição, embora modesta, a esse esforço. Nesse contexto, destaca-se o papel da Alemanha, devido à articulação dos interesses de setores industriais que estão em direta competição com as empresas chinesas pelos mercados, oportunidade de investimentos e matérias primas.

A dificuldade de avançar com o Acordo por parte dos europeus não se deve somente aos interesses dos agricultores franceses. Juntam-se a eles posições antiliberais de uma nova direita que ganha força política; uma legítima oposição de ambientalistas, que também ganharam uma força política que não pode ser confundida com os interesses dos agricultores; e o surgimento de novas prioridades, em particular na Alemanha, relacionadas à Guerra na Ucrânia. O enfraquecimento do multilateralismo liberal é evidenciado também na interrupção das negociações com os EUA, China e México e até nas dificuldades com o acordo com o Canadá.

Isso não significa, porém, que não haja espaço para aumentar a cooperação entre as duas regiões. Ao mesmo tempo que a negociação para chegar a uma ratificação do Acordo fracassou, houve um aumento das articulações de vários países europeus com o Brasil, em grande parte, mas não só relacionado à transição energética. A experiência europeia na relação com os EUA e com a Índia de um Conselho Permanente de Comércio e Tecnologia pode ser uma alternativa a ser explorada.





Referência

- Almeida, José S.G., Cagnin, Rafael F. 2019. A Indústria do futuro no Brasil e no Mundo. São Paulo: IEDI.
- Altmaier, Peter. Nationale Industriestrategie 2030. 2019. Bundesministerium fur Wirtschaft und Energie. Berlim, fev..
- Babic, Milan; Dixon, Adam D.; Liu, Imogen T. 2022. Geoeconomics in a Changing Global Order. In BABIC, M et al. (ed) The Political Economy of Geoeconomics: Europe in a Changing World. International Political Economy Series. Palgrave Macmillan.
- Banco Central do Brasil. 2022. Relatório de Investimento Direto. Rio de Janeiro.
- Bieling, H.-J.; Brand, U. 2015. Competitiveness or emancipation? Rethinking regulation and (counter-)hegemony in Times of capitalist crisis. In: Albritton, Robert; Badeen, Denis; Westra, Richard (Ed). The Future of Capitalism After the Financial Crisis: The Varieties of Capitalism Debate in the Age of Austerity. London: Routledge: Frontiers of Political Economy Series.
- BMWK – Bundesministerium für Wirtschaft und Klimaschutz. Industriepolitik in der Zeitenwende. Berlim, outubro 2023.
- Cariello, Tulio. 2023. Investimentos Chineses no Brasil 2022. Tecnologia e Transição energética. Conselho Empresarial Brasil-China. Rio de Janeiro.
- Council of the European Union. 2016. A Global Strategy for the European Union’s Foreign and Security Policy. Shared Vision, Common Action: A Stronger Europe. External Action. The Diplomatic Service of the European Union. Bruxelas, 14 de novembro..
- De Seixas, Eduardo Palma; Cavalcanti, Ramon do Nascimento. 2023. Brazil – European Union Bilateral Investment Map. Brasília, ApexBrasil.
- Delivorias; Angelos. 2024. EU-India free trade agreement. Briefing International Agreements in Progress. European Parliamentary ResearchService, janeiro.
- Eschneider, Etienne. 2023. Germany’s Industrial strategy 2030, EU competition policy and the Crisis of New Constitutionalism. (Geo-)political economy of a contested paradigm shift. New Political Economy, 28:2.
- Eurostat. 2023. Industrial Production Statistics. Bruxelas, julho.
- European Commission. 2024. The revised Market Definition Notice for competition cases. Press corner. Bruxelas, fevereiro.
- European Commission. 2019b. Mergers: Commission prohibits Siemens’ proposed acquisition of Alstom. Bruxelas, 6 de fevereiro.
- European Commission. 2018. EU and Mexico reach new agreement on trade. Press release, 21 de abril.
- European Commission. 2015. European Commission publishes TTIP legal texts as part of transparency initiative. Press release, Bruxelas, 7 de janeiro.





- European Commission. 2013. 16th EU-China Summit (Beijing, 21 November 2013). Press release. Bruxelas, 19 de novembro.
- European Commission. s/d EU trade relationships by country/region. EU-Mercosur Trade Agreement. Bruxelas. https://policy.trade.ec.europa.eu/eu-trade-relationships-country-and-region/countries-and-regions/mercosur_en. Acesso em: 25 de fevereiro 2023.
- European Commission. s/d. EU-Mexico Trade Agreement. Bruxelas. https://policy.trade.ec.europa.eu/eu-trade-relationships-country-and-region/countries-and-regions/mexico/eu-mexico-agreement_en. Acesso em: 12 de novembro de 2023.
- European Commission. s/d-b. Negotiation process of the 2021-2027 long-term EU budget & NextGenerationEU. Bruxelas. https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/eu-budget/long-term-eu-budget/2021-2027/negotiations_en. Acesso em: 20 de agosto de 2023.
- European Round Table. 2023. Securing Europe's place in a new world order ERT Vision Paper 2024-2029. Brussels, out.
- Greenpeace. 2017. Eu-mercosur Free Trade Agreement leaks. Amsterdam, 7 december. Greenpeace trade-leaks.org | TTIP | CETA | TiSA | JEFTA | MERCOSUR. Acesso em: 15 de julho de 2023.
- Grieger, Gisela. 2021. EU-China Comprehensive Agreement on Investment Levelling the playing field with China. European Parliament Research Service. Briefing International Agreements in Progress EPRS, março.
- Jessop, Bob. 1992. Changing Forms and Functions of the State in an Era of Globalization and Regionalization. Paper presented at EAPE Conference, Paris, November.
- Juncker, Jean-Claude. 2018. The Hour of European Sovereignty. State of the Union 2018 Authorised version. Bruxelas, 27 de agosto.
- Le Maire, Bruno; Habeck, Roberto. 2022. We call for a renewed impetus in European industrial policy. Joint statement, Paris, 22 de novembro.
- Meunier, Sophia & Nicolaidis, Kalypso. 2019. The geopoliticization of European trade and investment policy. *Journal of Common Market Studies* 57 – Annual Review.
- Ministério de Relações Exteriores. Acordo Mercosul-União Europeia. Apresentação Câmara dos Deputados – Comissão de Agricultura 20 de agosto de 2019. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/capadr/apresentacoes-em-eventos/audiencias-publicas-2019/audiencia-publica-20-de-agosto-de-2019-mre>. Acesso em: 30 de junho de 2024.
- Mishra, Ravi D. 2024. India-EU still diverge on key issues. *The Indian Express*. Delhi, 12 de março. <https://indianexpress.com/article/business/economy/india-eu-still-diverge-on-key-issues-as-efta-deal-goes-through-9208714/>. Acesso em: 15 de março de 2024.
- Overbeek, Henk. (ed). 1993. *Restructuring Hegemony in the Global Political Economy: the Rise of Transnational Neo-liberalism in the 1980s*. London: Routledge.





- Rosamond, Ben. 2000. *Theories of European Integration*. Hampshire/New York: Palgrave.
- Schmitz, Luuk; Seidl, Timo. 2022. *Protecting, Transforming and Projecting the Single Market. Open Strategic Autonomy and Digital Sovereignty in the EU's Trade and Digital Policies*. SocArXiv Papers, maio.
- Schutte, Giorgio Romano. 2020. *Oásis para o capital – solo fértil para a “corrida de ouro”*: A dinâmica dos investimentos produtivos chineses no Brasil. Appris Editora. Secretaria do Mercosul. s/d Estatísticas Mercosul, Bruxelas. <https://estadisticas.mercosur.int/>. Acesso em: 20 de maio de 2024.
- Senra, Ricardo. 2020. *Brasil não é Bolsonaro' e acordo Mercosul-UE trará controle e colaboração sobre Amazônia*, diz relator do Parlamento Europeu. BBC-Brasil, 14 de julho. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53399200>.
- Streeck, Wolfgang; Schmitter, Philippe C. 1991. *From national corporatism to transnational pluralism: organized interests in the Single European Market*. *Politics and Society*, Vol. 19, nº 2.
- The White House. s/d. *Inflation Reduction Act Guidebook*. Washington. <https://www.whitehouse.gov/cleanenergy/inflation-reduction-act-guidebook/>. Acesso em: 12 de novembro de 2023.
- Thompson, Helen. *Disorder*. Oxford: Oxford University Press, 2022.
- Truffi, Renan. 2024. *Em defesa do Mercosul, primeiro-ministro da Espanha diz que Europa precisa de novos parceiros*. *Valor Econômico*, 06 de março.
- Van Apeldoorn, Bastiaan. 2002. *Transnational Capitalism and the Struggle over European Integration*. London/New York: Routledge.
- Vaudano, Maxime. 2024. *All you need to know about CETA, the controversial EU-Canada trade agreement*. *Le Monde*. Paris, 21 de março. https://www.lemonde.fr/en/les-decodeurs/article/2024/03/21/all-you-need-to-know-about-ceta-the-controversial-eu-canada-trade-agreement_6639822_8.html. Acesso em: 25 de março de 2024.
- Von Der Leyen, Ursula. 2023. *Statement at the joint press conference with President Michel, Prime Minister Gonsalves and President Fernández following the EU-CELAC Summit*. Bruxelas, 18 de julho.
- Von Der Leyen, Ursula. 2019. *Speech in the European Parliament Plenary on the occasion of the presentation of her College of Commissioners and their programme*. European Commission. Press Corner. Estrasburgo, 7 de novembro.
- Weinhardt, Clara; Mau, Karsten; Pohl, Jens Hillebrand. 2022. *The EU as a Geoeconomic Actor? A Review of Recent European Trade and Investment Policies*. In: Babic, M et al. (ed) *The Political Economy of Geoeconomics: Europe in a Changing World*. International Political Economy Series. Palgrave Macmillan.
- Woolcock, Stephen. *European Union policy towards Free Trade Agreements*. ECIPE Working Paper, Bruxelas, n.03, 2007. Disponível em: <https://ecipe.org/wp-content/uploads/2014/12/european-union-policy-towards-free-trade-agreements.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2021.





Anexo 1

Instrumentos da Comissão Europeia para apoio a uma nova política industrial tecnológica

| Nome do programa | Data | Objetivos |
|---------------------------------------------------------------------------------|------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| REPower Europe | 2022 | Transição energética |
| InvestEU | 2021 | Estímulo a investimentos em inovação |
| European Chips Act | 2023 | Fortalecer produção de microprocessadores e estimular digitalização |
| European Innovation Council | 2021 | Apoio para inovação tecnológica em pequenas e médias empresas, entre outros na área de Inteligência Artificial |
| Green Deal Industrial Plan | 2023 | Estimular capacidade industrial para acelerar transição energética e alcançar a meta <i>net zero emissions</i> |
| Net Zero Industry Act | 2023 | Complementar ao Green Deal Industrial Plan |
| Critical Raw Material Act | 2023 | Garantir acesso a metais críticos para energias renováveis e a digitalização. |
| EU Secure Connectivity Programme | 2022 | Aperfeiçoamento e proteção dos serviços de comunicação, em particular da tecnologia de satélites |
| Act in Support of Ammunition Production | 2023 | Ampliar capacidade de produção de munição e mísseis |
| European Defence Industry Reinforcement through common procurement Act (EDIRPA) | 2022 | Fortalecer a base tecnológica e industrial da defesa europeia, estimulando compras governamentais conjuntas pelos países-membros direcionados para esse objetivo |
| Strategic Technologies for Europe Platform (STEP) | 2023 | Estímulo ao desenvolvimento de tecnologias estratégicas |

Fontes: Comissão Europeia, elaboração própria.

